Editora Solução
a solução para o seu concurso!

BARUERI - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI – SÃO PAULO

Coordenador Pedagógico

CONCURSO PÚBLICO CPPMB
003/2023

CÓD: SL-058JL-23
7908433238850

Língua Portuguesa

1. Ortografia 11
2. Estrutura e Formação das palavras 11
3. Divisão Silábica; Vogais; Semivogais; Gênero, Número; Fonética e fonologia: Conceitos básicos; Classificação dos fonemas; Fonemas e letras; 13
4. Relação entre palavras; sinônimos, homônimos e antônimos; 15
5. Sinais de Pontuação 16
6. Acentuação 18
7. Uso da crase 19
8. Substantivo; Adjetivo; Artigo; Numeral; Advérbio; Verbos; Conjugação de verbos; Pronomes; Preposição; Conjunção; Interjeição; 20
9. Encontros vocálicos; Encontros consonantais e dígrafo; Tonicidade das palavras; Sílaba tônica; 28
10. Frases; Sujeito e predicado; Formas nominais; Locuções verbais; Termos ligados ao verbo: Adjunto adverbial, Agente da Passiva, Objeto direto e indireto, Vozes Verbais; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Orações Coordenadas e Subordinadas; Período; 28
11. Concordância nominal; Concordância verbal; 31
12. Regência verbal;Regência nominal 32
13. Predicação verbal; Aposto; Vocativo; Derivação e Composição; 35
14. Uso do hífen; 35
15. Vozes verbais; Voz ativa; Voz passiva; Voz reflexiva; 35
16. Funções e Empregos das palavras “que” e “se”; 36
17. Uso do “Porquê”; 38
18. Prefixos; Sufixos; Afixos; Radicais 38
19. Flexão nominal e verbal 38
20. Emprego de locuções; 43
21. Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência 43
22. Sintaxe de Colocação; Formas verbais seguidas de pronomes 43
23. Comparações; Criação de palavras; Uso do travessão 44
24. Discurso direto e indireto; Discurso direto; 44
25. Imagens 46
26. Relações entre nome e personagem 46
27. História em quadrinhos 46
28. Relação entre ideias 47
29. Onomatopeias; Aliteração; Assonância; Repetições; Relações; Metáfora; Eufemismo; Hipérbole; Ironia; Prosopopeia; Catacrese; Paradoxo; Metonímia; Elipse; Pleonasmo; Silepse; Antítese; Sinestesia; Personificação; 47
30. Provérbios 49
31. Intensificações 50
32. Expressões ao pé da letra 50
33. Palavras e ilustrações 50
34. Associação de ideias 50
35. Oposição 51
36. Pessoa do discurso 51

37. Denotação e Conotação 51
38. Vícios de Linguagem. 51
39. ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipos de Comunicação: Descrição; Narração; Dissertação; 52
40. Tipos de Discurso 55
41. Coesão Textual. 55

Legislação Municipal

1. Lei complementar Nº 277/2011 e alterações 63
1. Lei Complementar nº 367, de 8 de abril de 2016, ... 88
2. Lei nº 2.705, de 19 de setembro de 2019 101
3. Lei nº 2.811, de 18 de março de 2021 102
4. Currículo para uma educação de oportunidades 104
5. Decreto nº 9.255, de 8 de dezembro de 2020 104
6. Decreto nº 9.292, de 4 de fevereiro de 2021 105
7. Decreto nº 9.341, de 25 de maio de 2021 106
8. Decreto nº 9.556, de 18 de abril de 2022 110
9. Decreto nº 9.684, de 07 de Novembro de 2022 112
10. Decreto Nº 9.749, de 16 de fevereiro de 2023 113
11. Deliberação CME nº 03/2021, aprovada em 30/06/2021 113
12. Deliberação CME nº 01/2019 – Aprovada em 03/04/2019 115
13. Deliberação CME nº 01/2023, aprovada em 05/04/2023 115
14. Deliberação CME nº 02/2018 – Aprovada em 12/09/2018 118
15. Deliberação CME nº 02/2021– aprovada em 28/04/2021 120
16. Lei Complementar nº 494, de 25 de fevereiro DE 2021 123
17. Lei Complementar nº 534, de 25 de agosto de 2022 123
18. Lei Complementar nº 539, de 5 de outubro de 2022 127
19. Lei nº 2.408, de 22 junho de 2015 127
20. Lei nº 2.685, de 29 de maio de 2019 - “Institui a “lei Lucas” 128
21. PMIA – Plano Municipal para a Infância e Adolescência 129
22. Portaria Conjunta Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação. Nº 14/2022 129
23. Portaria SE 01 – 07/01/2021 131
24. Resolução SE 01 – 25/02/2019 131

Conhecimentos Pedagógicos

1. Formação Continuada de professores 133
2. Fundamentos/Bases da educação; 138
3. Autores/Pensadores da Educação; 144
4. Principais Teorias da Educação (tradicionais e contemporâneas) 150
5. Desenvolvimento/História da Educação 150

6. Trabalho Pedagógico Coletivo 153
7. Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar 162
8. Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano 163
9. Escola inclusiva 163
10. Proposta pedagógica da escola 172
11. O papel e as competências do professor 178
12. Relação professor-aluno 179
13. Estágios do desenvolvimento da aprendizagem 183
14. Conceitos científicos da educação 187
15. Princípios e fundamentos dos referenciais curriculares 190
16. Educação e escola 285
17. Ética no trabalho docente. 298
18. Currículo, educação e Projeto Político-Pedagógico 303
19. Planejamento e avaliação; 315
20. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento 328
21. Tendências teóricas e metodológicas na educação 329
22. Didática 329
23. Metodologias ativas. 332
24. Educação digital, EAD. 334

Conhecimentos Específicos
Técnico em Assuntos Educacionais

1. Política na Educação 347
2. Caminhos para a Educação Brasileira 354
3. Educação Tradicional 355
4. Educação Moderna 355
5. Educação Pragmática 356
6. Educação Gerencial 356
7. Coordenação pedagógica; 357
8. Fundamentos do Currículo Educacional 358
9. Experiências pedagógicas 358
10. Gestão democrática 358
11. Políticas Públicas 358
12. Organização da Escola 359
13. Documentos Institucionais Pedagógicos 365
14. Dinâmica escolar; 366
15. Educação Inclusiva no espaço da escola; 366
16. Organização do conhecimento e dos diferentes níveis escolares 366
17. Projeto Político Pedagógico 366
18. Organização em ciclos escolares 366
19. Avaliação 368

20. Registros 368
21. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento 369
22. Didática Geral 369
23. Metodologia de Ensino 369
24. Psicologia da Educação; 371
25. Tendências pedagógicas 371
26. Educação contemporânea 371
27. Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica 372
28. Estratégias para combater a evasão escolar 412
29. Estratégias para uma escola atrativa 412
30. Gestão participativa na escola; 412
31. Planejamento e realização de reunião pedagógica e reunião de pais 412
32. Relações Humanas; 413
33. Ética e cidadania no convívio escolar 416
34. Funcionamento escolar; 416
35. Diretrizes Curriculares para a Educação; 417
36. Tecnologia e gestão educacional; 417
37. Indicadores de desempenho escolar; 417
38. Formação continuada; 418
39. Mediação e gestão de conflitos 418

Redação

1. (uma) redação abordando temas ligados ao cotidiano escolar/educação nas áreas: Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar; Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano; O papel e as competências do professor; Relação professor-aluno; Estágios do desenvolvimento da aprendizagem; Ética no trabalho docente; Educação e Projeto Político-Pedagógico; Planejamento e avaliação; e Tendências teóricas e metodológicas na educação..... 423

Legislação Federal

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. 4
2. BNCC – Base Nacional Comum Curricular 97
3. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA 137
4. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008 177
5. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE 177
6. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências 195
7. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência 195
8. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências 212
9. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 227
10. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 243
11. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.. 246
12. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 255
13. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 257
14. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) 259
15. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos 267
16. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências 269

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

– desinências;
– afixos;
– vogais e consoantes de ligação.
Radical*:* Elemento que contém a base de significação do vocábulo.
Exemplos
VENDer, PARTir, ALUNo, MAR.

Desinências: Elementos que indicam as flexões dos vocábulos.

Dividem-se em:

Nominais
Indicam flexões de gênero e número nos substantivos.
Exemplos
pequenO, pequenA, alunO, aluna.
pequenoS, pequenaS, alunoS, alunas.

Verbais
Indicam flexões de modo, tempo, pessoa e número nos verbos
Exemplos
vendêSSEmos, entregáRAmos. (modo e tempo)
vendesteS, entregásseIS. (pessoa e número)

Indica, nos verbos, a conjugação a que pertencem.
Exemplos
1ª conjugação: – A – *cantAr*
2ª conjugação: – E – *fazEr*
3ª conjugação: – I – *sumIr*

Observação
Nos substantivos ocorre vogal temática quando ela não indica oposição masculino/feminino.
Exemplos
livrO, dentE, paletó.

Tema: União do radical e a vogal temática.
Exemplos
CANTAr, CORREr, CONSUMIr.

Vogal e consoante de ligação: São os elementos que se interpõem aos vocábulos por necessidade de eufonia.
Exemplos
chaLeira, cafeZal.

Visão geral: a formação de palavras que integram o léxico da língua baseia-se em dois principais processos morfológicos (combinação de morfemas): a derivação e a composição.

Derivação: é a formação de uma nova palavra (palavra derivada) com base em uma outra que já existe na língua (palavra primitiva ou radical).

1 – Prefixal por prefixação: um prefixo ou mais são adicionados à palavra primitiva.

PREFIXO	PALAVRA PRIMITIVA	PALAVRA DERIVADA
inf	fiel	infiel
sobre	carga	sobrecarga

SEÇÃO II
DA NOMEAÇÃO

Art. 8º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos;

III - em caráter temporário, nos termos do Art. 214 e seguintes.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercí-cio, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa, hipó-tese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 9º A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de pré-via habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de clas-sificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei respectiva e seus regulamentos.

SUBSEÇÃO I
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10 O concurso será de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexida-de do cargo, na forma prevista em Lei.

Art. 11 O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Jornal Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site municipal.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidatos aprovados em concurso anterior com prazo de validade não expirado, salvo se o número de candidatos habilitados para nomeação for inferior às necessidades da Administração.

Subseção II

Da Posse, do Exercício e do Estágio Probatório

Art. 12 A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribui-ções, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em Lei.

§ 1º O candidato deverá apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do ato de convocação e sua posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar da inspeção médica oficial de que trata o Art. 13.

§ 2º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação em caráter efetivo.

§ 3º Será tornado sem efeito o provimento, por ato do chefe do Poder Executivo, da Mesa da Câ-mara ou do chefe do ente da Administração Indireta, se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º Caso o candidato, embora habilitado, manifeste por escrito sua intenção de não ser empossa-do naquele momento, mas permanecer na lista de espera, será mantido na mesma posição de classificação, com direito a requerer apenas uma reclassificação.

§ 5º Não poderá ocupar cargo em comissão, nem função em confiança, servidor efetivo em está-gio probatório. (Revogado pela Lei Complementar nº 288/2012)

§ 6º O servidor efetivo que for nomeado em cargo de comissão ou função em confiança terá suas vantagens pecuniárias calculadas sobre os vencimentos deste, salvo se optar pelos vencimentos do cargo efetivo.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, se o servidor efetivo que conte com, pelo menos, 10 (dez) anos no serviço público municipal e 5 (cinco) de efetivo exercício no mesmo cargo em comissão ou na mesma função de confiança ou, ainda, 15 (quinze) anos no serviço público municipal e 3 (três) anos de efetivo exercício ou no mesmo cargo em comissão ou função de confiança, incorporará aos seus vencimentos a diferença entre estes e os do cargo em comissão ou da função de confian-ça. (Revogado pela Lei Complementar nº 365/2016 nº 381/2016)

§ 8º Para cálculo da incorporação, o valor da remuneração do cargo em comissão e da função de confiança, será convertido em horas, condicionando-se o recebimento da integralidade ao cum-primento da jornada semanal do cargo, caso contrário o valor será pago proporcionalmen-te. (Revogado pela Lei Complementar nº 365/2016 nº 381/2016)

§ 9º Serão destinados 40% (quarenta por cento), no mínimo, dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal do Executivo e Administração Indireta e 10% (dez por cento), no mínimo, no caso do Legislativo para serem ocupados por servidores efetivos.

§ 10 É vedada a incorporação da remuneração do cargo em comissão, quando o afastamento des-se cargo ocorrer a pedido do servidor efetivo.

§ 11 No ato da posse, o servidor deverá apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

§ 12 Os afastamentos de servidores para participação em congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos poderão ser autorizados pelo Prefeito, Mesa Diretora da Câmara ou chefe da entidade da Administração Indireta a que estiver vinculado o servidor, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 13 A nomeação em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser nomeado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 14 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confian-ça.

§ 1º É de 10 (dez) dias o prazo para o servidor nomeado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse ou nomeação, conforme o caso.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

§ 3º O exercício será dado ao servidor pelo Prefeito Municipal, Mesa Diretora da Câmara Municipal ou, no caso da Administração Indireta, pelo respectivo superior designado na Lei ou Estatuto, po-dendo tal atribuição ser delegada.

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não pode-rá exceder a trinta dias da publicação.

Quadro 01 - Termos empregados para formação continuada de docentes

Capacitação	Proporcionar determinada capacidade a ser adquirida pelos professores, mediante um curso; concepção mecanicista que considera os docentes incapacitados.
Qualificação	Não implica a ausência de capacidade, mas continua sendo mecanicista, pois visa melhorar apenas algumas qualidades já existentes.
Aperfeiçoamento	Implica tornar os professores perfeitos. Está associado à maioria dos outros termos.
Reciclagem	Termo próprio de processos industriais e, usualmente, referente à recuperação do lixo.
Atualização	Ação similar à do jornalismo; informar aos professores para manter nas atualidades dos acontecimentos, recebe críticas semelhantes à educação bancária.
Formação Continuada	Alcançar níveis mais elevados na educação formal ou aprofundar como continuidade dos conhecimentos que os professores já possuem.
Formação Permanente	Realizada constantemente, visa à formação geral da pessoa sem se preocupar apenas com os níveis da educação formal.
Especialização	É a realização de um curso superior sobre um tema específico.
Aprofundamento	Tornar mais profundo alguns dos conhecimentos que os professores já têm.
Treinamento	Adquirir habilidades por repetição, utilizado para manipulação de máquinas em processos industriais, no caso dos professores, estes interagem com pessoas.
Re-treinamento	Voltar a treinar o que já havia sido treinado.
Aprimoramento	Melhorar a qualidade do conhecimento dos professores.
Superação	Subir a outros patamares ou níveis, por exemplo, de titulação universitária ou pós-graduação.
Desenvolvimento Profissional	Cursos de curta duração que procuram a “eficiência” do professor.
Profissionalização	Tornar profissional. Conseguir, para quem não tem, um título ou diploma.
Compensação	Suprir algo que falta. Atividades que pretendem subsidiar conhecimentos que faltaram na formação anterior.

No modelo clássico, caracterizado por vários estudiosos, o professor que já atua profissionalmente com sua formação inicial volta à universidade para renovar seus conhecimentos em programas de atualização, aperfeiçoamento, programas de pós-graduação de latu sensu e strictu sensu, ou ainda, participando de cursos, simpósios, congressos e encontros voltados para seu desenvolvimento profissional. Esses, promovidos pelas Secretarias de Educação, onde os docentes estão vinculados ou por outras entidades interessadas na área.

Nesse modelo, permeia uma perspectiva de privilégios aos espaços considerados tradicionalmente como lócus da produção do conhecimento, os quais são: a universidade e os demais espaços vinculados a ela. Nessa perspectiva, considera-se que a universidade é o local em que circulam as informações mais recentes, as novas tendências e buscas nas mais diferentes áreas do conhecimento. Embora não se questione tanto essa realidade, existe um aspecto crítico nessa visão, qual seja, a desconsideração das escolas de Ensino Fundamental e Médio como produtoras de conhecimento e passa-se a considerá-las como espaços meramente destinados à prática, local onde se aplica conhecimentos científicos e se adquire experiência profissional.

As pesquisas na área têm confirmado que é esse modelo clássico, que vem sendo praticado nos sistemas educacionais para a formação continuada dos profissionais do magistério, tem sido o mais promovido e, portanto, o mais aceito.

Candau, destaca quatro modalidades em que se apresentam tais iniciativas numa perspectiva tradicional.

Sob a forma de convênios entre universidades e secretarias de educação, em que as universidades destinam vagas para formar professores em exercício do ensino fundamental e médio nos cursos de graduação e licenciatura.

A oferta de cursos de especialização através de convênios entre instituições universitárias e secretarias de educação, visando à melhoria da qualidade de ensino tem sido muito praticada. Esses cursos são realizados em regime normal presencial ou na modalidade a distância, lançando mão de diferentes estratégias como, correspondência, via fax, vídeos, computador, teleconferência, ou outras mídias. Atual-

Neste sentido, tem-se que as Políticas Públicas Educacionais estão diretamente ligadas a qualidade da educação e, consequentemente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade.

Educação pública no Brasil: Uma História de Encontros e Desencantos

A escola pública brasileira vem demonstrando, especialmente, nas últimas décadas um processo de desenvolvimento no contexto organizacional e de gestão, partindo do princípio que a democracia gera qualidade e oportunidade a todos também no âmbito escolar. Porém, a educação pública necessita mais do que oferecer escolas, mas é imprescindível ter docentes conscientes de seu papel educacional, tanto quanto social, bem como sejam oferecidas as crianças oportunidades de aprendizagem a partir da construção de conhecimento.[7]

A luta por uma escola cidadã no Brasil é envolvida por uma história de encontros e desencantos em que nem sempre o foco dos projetos é a qualidade da educação e a construção da cidadania, isto é:

Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos aportes teóricos da ciência da educação, legítima a ideia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura taylorista-fordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar.[8]

Neste sentido, se observam que as transformações vivenciadas no cenário educacional, especialmente, nas escolas públicas nas últimas décadas, estão diretamente ligadas às mudanças ocorridas nos campos político, social, econômico e cultural, que originam uma nova situação nas condições de vida da sociedade, seja no campo social ou econômico.[9]

Compreender a necessidade de qualidade na educação e buscar a construção desta qualidade somente ocorre quando a escola cumpre com seu papel social e educacional.[10]

Dentre os processos que envolvem o desencanto com a educação pública, tem-se o fato de que:

Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação Brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador. [...].[11]

Esta realidade de desencanto com a educação brasileira assegura a esta um status de baixa qualidade, seja no contexto de toda a estrutura organizacional e educacional vivenciada, seja nos resultados de desempenho dos estudantes no processo ensino e aprendizagem.

Várias políticas públicas foram lançadas por todos os setores do governo federal para se alcançar os objetivos propostos pela Constituição Federal. A título de exemplo, entre outras políticas podem ser citadas as seguintes:

a) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- (FUNDEB);
b) Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);
c) Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
d) Programa Bolsa Família;
e) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
f) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
g) Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE);
h) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEN;
i) Sistema de Seleção Unificada (SISU);
j) Programa Universidade para Todos (PROUNI);
k) Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA).

O Plano Nacional de Educação é a política pública mais atual e tem como objetivo a melhoria da educação. Está amparado na Constituição Federal e visa efetivar os deveres do Estado em relação à Educação. Os planos devem contemplar a realidade nacional, estadual e municipal, razão pela qual se mostra de extrema relevância o diagnóstico realizado.

A participação de todos redunda do modelo democrático assumido pelo País e previsto constitucionalmente. Mas, esta participação tem outro efeito, o princípio do pertencimento da coisa pública, ou seja, as pessoas tendem a se comprometer com o que lhes pertence, o que lhes diz respeito. Quando se tem um plano elaborado com a efetiva participação dos professores, educadores, pais, funcionários, vereadores, do executivo, enfim de toda a sociedade, a possibilidade de não se tornar um plano fictício ou dissociado da

7 *BOLZANO, Sonia Maria Nogueira. Do direito ao ensino de qualidade ao direito de aprender com qualidade - o desafio da nova década. In: LIBERTI, Wilson Donizeti. Direito à educação: uma questão de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.*

8 *AZEVEDO, José Clovis de. Educação pública: o desafio da qualidade. Estud. av. v.21. n.60. São Paulo. May/Aug. 2007.*

9 *FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva; GRECO, Maria Terêsa Cabral; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento. IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.*

10 *SAVIANI, Demerval. História das ideais pedagógicas no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.*

11 *BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já. Nova Escola. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.*

"Dentre os inúmeros motivos que levaram..."

– Empregue esta sentença para expor o seu ponto de vista sobre o assunto a ser discutido.

"Ao analisar os fatos..."

Preparando-se para escrever uma boa redação

1 – Seja objetivo: essa é uma característica essencial na construção de uma redação. Afinal de contas, o leitor precisa ter clareza das ideias do autor. Por isso, ao redigir seu texto, tenha a certeza de ser objetivo e de se fazer entendível.

2 – Estude temas gerais: as propostas de redação exploram o seu conhecimento, por isso, é importante conhecer os assuntos gerais que estão em alta e procurar guardar na memória dados e informações relevantes que servirão como apoio a construção de sua redação.

3 – Conheça e esteja atento às normas gramaticais: uma redação satisfatória deve ter coesão e coerência, além de seguir à risca as normas da língua portuguesa. Portanto, não se esqueça de, ao finalizar o texto, fazer a sua leitura e releitura quantas vezes forem necessárias para corrigir as possíveis inadequações gramaticais.

4 – Evite clichês e gírias: essa conduta faz parte do respeito às normas da língua portuguesa, e podem desqualificar sua sabedoria e competência.

5 – Os argumentos que serão utilizados devem ser escritos já no rascunho: para evitar que se esqueça dos melhores e principais argumentos, é válido listá-los antes de se começar a redigir o texto. Além de prevenir esquecimento, essa técnica vai te auxiliar na reflexão acerca de todas as informações que você dispõe e a organizá-las no texto.

6 – Utilize estatísticas, se as tiver: elas são instrumentos excelentes para fundamentar seus argumentos e demonstrar que você domina o tema. Se você tiver esse conhecimento, não deve deixar de explorá-lo.

7 – Levante questões sobre o problema proposto: como as redações tendem a explorar assuntos de grande repercussão e controvérsia, que requerem a reflexão sobre problemas e proposição de soluções, é importante que você esteja certo do seu ponto de vista em relação ao tema e considere as formas de solucionar os impasses apresentados. Escolha sentenças curtas e diretas, livres de ambiguidade e que não venham a confundir a interpretação.

QUESTÕES

1. CRBM 6ª REGIÃO – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – QUADRIX – 2021

No que se refere às técnicas de redação, julgue o item.

O texto dissertativo-argumentativo é formado de três partes: introdução; desenvolvimento; e conclusão.

( ) CERTO
( ) ERRADO

2. SEAP-MG – AGENTE PENITENCIÁRIO – IBFC – 2018

Observe o texto."A solução para a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e extensão a melhoria do sistema educacional, de saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre outros fatores."

Considerando-se o texto de uma redação de caráter dissertativo-argumentativo padrão, o fragmento acima corresponde a:

(A) Exposição da tese inicial.
(B) Citação de argumentos.
(C) Conclusão do texto.
(D) Alusão a textos de autoridade.
(E) Indicação do tema a ser tratado.

3. IF-MT – PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO – IF-MT – 2020

Texto 06

As novas práticas pedagógicas convergem para a utilização na sala de aula de textos os mais variados possíveis, não só em Língua Portuguesa, mas nas aulas de todas as áreas do conhecimento, em que se devem priorizar as práticas de leitura e de produção textual. Isso significa que se deve dar relevância aos processos da contextualização, de forma que todas as atividades dos diferentes componentes curriculares ministrados na escola e todas as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dos vestibulares do país e de outros concursos públicos devem ser contextualizadas. [...]

Entende-se por textualidade um conjunto de características que nos possibilita conhecer um texto. Os fatores de textualidade são os seguintes: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e relevância.

(http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/778.pdf, "A textualidade e seus fatores". Acesso em 09/2019).

A partir dos pressupostos estabelecidos no texto acima, os fatores de textualidade podem ser observados na matriz de referência que objetiva avaliar as competências textuais nas redações do ENEM, conforme o quadro abaixo:

Competência 1 – Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

(https://www.vestibular.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)